

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DO EXERCÍCIO**



**SANTA CASA
da Misericórdia**

VILA VELHA DE RÓDÃO

2020

90 ANOS A AJUDAR QUEM MAIS PRECISA!

INDICE

Pág.

PARTE 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

• Denominação Social/Sede/Contribuinte/Atividade	3
• Órgãos Sociais	4
1. Introdução/ Respostas Sociais	5
2. Enquadramento Institucional	6
3. Estratégia de ação	7
4. Aquisições para Investimentos	8
5. Equipamentos	8
6. Cooperação	9
7. Pessoal	9
8. Atividades Ocupacionais	
• Infância	10
• Terceira Idade- Atividades Culturais/ Sociais	10
• Terceira Idade- Atividades Lúdicas/ Recreativas e Espirituais/ Religiosas	10
• Terceira Idade- Intelectuais/ Formativas, Quotidianas	11
• Terceira Idade: Desportivas	11
9. Diversos	11

PARTE 2 – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

10. Demonstrações Financeiras - Índice	14
--	----

Denominação Social: Santa Casa da Misericórdia
de Vila Velha de Ródão

Sede: Rua de Santana, 654
Vila Velha de Ródão
6030-230 Vila Velha de Ródão

Contribuinte: 501 656 227

Constituição: 4 de agosto de 1930

Atividade Principal: Apoio a pessoas idosas com
Alojamento



Handwritten signature in black ink, appearing to be 'A. Coelho'.

ÓRGÃOS SOCIAIS – QUADRIÉNIO 2019/ 2022

Mesa Administrativa

Provedora – Maria Adelina Pina Gonçalves Ferreira Pinto
Vice-Provedor – Joaquim Domingos do Espírito Santo Oliveira
Tesoureiro – Abel Manuel Cardoso Correia Mateus
Vogal – Olga Maria Cardoso Pires Fernandes
Vogal – António Belo Fernandes
Suplente – José António Pires Figueiredo
Suplente – José Fernandes Mendonça António
Suplente – João Mendes

Assembleia Geral

Presidente- Jorge Alberto Martins Gouveia
Vice-presidente – Leonel Figueiredo Lopes Mota
Secretária – Maria Luísa Carreiro Filipe

Conselho Fiscal

Presidente – Luís Manuel Dias Figueiredo Mota
Vice-presidente – José Mendes Henriques
Vogal – Fernanda Maria Ferreira da Silva Neves
Suplente – Ana Paula Marques Pequito Ribeiro
Suplente – Margarida Marques Antero Sequeira
Suplente – (vago)

RELATÓRIO DA MESA ADMINISTRATIVA DE 2020

(Gerência de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2020)

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão o Relatório de Atividades e Contas do Exercício relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

1. INTRODUÇÃO

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO foi constituída em 4 de agosto de 1930.

Para além da sua vertente religiosa constitui-se como uma Instituição particular de solidariedade social que tem por objetivo as seguintes atividades:

- a) Assistência à infância, cooperando com as famílias na educação física, intelectual, espiritual e moral dos seus filhos (Creche e Componente de Apoio à Família);
- b) Apoio à terceira idade, através de alojamento, alimentação, ocupação, convívio, assistência médica e enfermagem (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário);
- c) Assistência à população dela necessitada, em colaboração com os centros de saúde e outras instituições (Cantina Social e Rede Local de Intervenção Social);
- e) Apoio à população, através de programas de promoção de emprego, apoio a carenciados e outros programas sociais (Fundo Emergência Alimentar a Carenciados);

No decurso do ano de 2020 o número médio de utentes nas respostas sociais foi o seguinte:

0.1 CRECHE

- 39 Crianças

0.2 CAF – Componente de Apoio à Família

- Transporte de crianças residência/ estabelecimento de ensino – 3 crianças

0.3 CENTRO DE DIA

- 4 Idosos, em Vila Velha de Ródão
- 5 Idosos, em Perais

0.4 ERPI - ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

- 66 Idosos, no Lar I
- 31 Idosos, no Lar II
- 20 Idosos, na Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso (Lar III)

0.5 CANTINA SOCIAL

- 4 Beneficiários

0.6 APOIO DOMICILIÁRIO

- 25 Idosos



2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma associação pública de fiéis que orienta a sua missão para a promoção de respostas e iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins e às necessidades diagnosticadas na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e proteção de grupos sociais mais vulneráveis, desde a Infância à Velhice, realizando ainda atos de culto católico.

Para atender à sua missão, a SCMVVR tem vindo a desenvolver e a melhorar várias respostas sociais que contribuem para o bem-estar físico e social dos clientes e satisfaçam as suas necessidades.

A Visão da SCMVVR assenta na superação das necessidades da comunidade residente no concelho de Vila Velha de Ródão, desenvolvendo serviços de qualidade e de carácter inovador, sendo uma IPSS de referência.

A SCMVVR tem vindo ainda a concorrer a projetos que têm como principal objetivo beneficiar a comunidade em geral.

Os valores definidos pela SCMVVR assentam em 6 variáveis sendo que a Instituição desenvolve a sua atividade direcionada para as mesmas:

Solidariedade – Apoio a indivíduos dependentes e/ ou isolados, com falta de condições na sua residência ou comprovada ausência de apoio familiar.

Qualidade – Promoção da melhoria constante dos serviços prestados, cumprindo todos os padrões de qualidade.

Inovação – Introdução constante de novas ferramentas e métodos de trabalho que visam um serviço de excelência.

Igualdade – Tratamento de igualdade, fraternidade e respeito pela individualidade de cada um e privacidade na intimidade.

Espiritualidade - Assistência religiosa de acordo com as práticas do culto católico, respetando outras crenças religiosas.

Inclusão social – Promoção da integração social na comunidade através do relacionamento entre familiares, amigos, colaboradores da Instituição, de acordo com os seus interesses.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão tem ainda como principal objetivo a promoção do respeito pelos direitos dos clientes e demais interessados, assegurando a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento dos serviços prestados, a manutenção dos equipamentos sociais, bem como a promoção da participação ativa dos clientes, famílias, voluntários e restante comunidade nas atividades sociais e culturais promovidas pelos serviços e assistência religiosa, de acordo com as práticas da Igreja Católica.

3. ESTRATÉGIA DE AÇÃO

Os objetivos gerais planeados para o ano de 2020 assumiram contornos diferentes daqueles que inicialmente estavam traçados, apesar da Instituição não se ter desviado dos objetivos gerais que tinha traçado no seu Plano de Atividades que passava pelo controlo da despesa, sem descurar o investimento na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos seus utentes, muito por força de financiamento externo para a manutenção e requalificação das nossas respostas sociais, mas também na aposta numa divulgação dos serviços da Instituição junto dos parceiros e comunidade em geral, no desenvolvimento dos processos internos de melhoria contínua e na formação.

No entanto, o ano de 2020 foi particularmente difícil na vida da Instituição e de toda a sociedade. A pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID19), veio radicalizar toda a dinâmica da sociedade civil. A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não foi exceção e teve de adequar estratégias e procedimentos nas suas dinâmicas diárias de intervenção.

As atividades programadas foram fortemente reduzidas, valorizando-se as organizadas no interior, e em pequenos grupos, ou mesmo individualmente, em detrimento das exteriores, fruto das vicissitudes da pandemia.

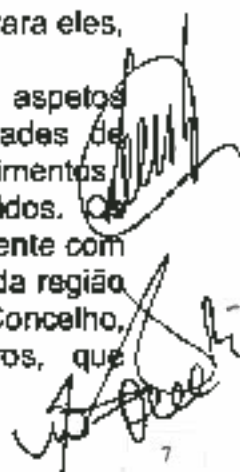
Foram, sempre que possível, utilizados instrumentos de trabalho inovadores, valorizando a comunicação com os familiares, através de plataformas digitais, nomeadamente videochamadas, atenuando o isolamento social, combatendo a solidão e o afastamento das famílias. As atividades desenvolvidas, tiveram em conta as orientações da DGS – Direção Geral de Saúde, procurando minimizar o risco de contágio no seio da Instituição, protegendo os utentes de elevados riscos para a sua saúde, considerando a faixa etária e os índices de mortalidade que a doença proporciona nestas idades.

Por via destas ações e de uma organização exemplar e constantemente ajustável ao momento que se ia vivendo, em função do nível de risco vivido ao longo do ano, foi possível ultrapassar as "ondas" de contágio o que obrigou a um elevado empenho das partes envolvidas, (clientes, equipa técnica, colaboradores, órgãos sociais da Instituição, familiares, parceiros entre outros), cumprindo assim a sua missão claramente definida nas boas práticas transmitidas pela DGS.

No ano de 2020, não foi possível a participação e envolvimento das famílias, como tem sido habitual na vida da Santa Casa, com clara perda para os idosos. Mas as relações familiares saíram reforçadas, assim que nos for possível reabrir as visitas, à semelhança do que acontecia em anos anteriores. Apesar das transformações e das diferenças entre famílias, eles ainda atendem funções básicas para os idosos. Para eles, a família ainda é a principal fonte de ajuda e de apoio nas suas vidas.

O trabalho de equipa, a articulação entre áreas e a supervisão foram aspetos destacados no planeamento para o ano de 2020, como sendo necessidades de continuidade e reforço, de modo a rentabilizar os recursos e melhorar os procedimentos.

De um modo geral, poderá dizer-se que os objetivos foram cumpridos. Os constrangimentos e os imprevistos são uma realidade na Instituição, principalmente com a área dos recursos humanos, tendo em conta a baixa densidade populacional da região e a concorrência das empresas do setor do papel estabelecidas no nosso Concelho, encontrando-se a solução no recrutamento de trabalhadores estrangeiros, que enriquecem culturalmente uma Instituição quase centenária.



Este foi o segundo ano do mandato dos Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio de 2019-2022, pelo que desde o início foi traçado o objetivo de melhorar o resultado líquido do exercício, tendo-se realizado até final de 2020, 59 reuniões da Mesa Administrativa, procurando avaliar-se sistematicamente a situação económico-financeira da Instituição.

A proximidade aos parceiros da Instituição tem sido uma aposta nos últimos anos, considerando a necessidade da presença e aproximação às entidades locais, pois só assim conseguiremos dar continuidade ao percurso desenvolvido pela Instituição.

Destaca-se a representação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão em diversos órgãos consultivos e reuniões com parceiros, que se encontram descritos no ponto 6 (Cooperação).

De seguida, evidenciam-se por itens, os investimentos e atividades mais relevantes desta Instituição no ano de 2020, submetendo o presente Relatório à apreciação e votação da Assembleia Geral, dando cumprimento à alínea c), n.º 1 do artigo 21º do Compromisso.

4. AQUISIÇÕES PARA INVESTIMENTOS EM CURSO

- Empreitada de requalificação das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI's), "Lar I – ala antiga quartos, armazéns e cozinha", "Lar II" e "Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso";

5. EQUIPAMENTO BÁSICO, ADMINISTRATIVO, OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Durante o ano em curso foram efetuados investimentos nas diferentes respostas sociais e serviços: Infância, Lares, Centros de Dia, Serviços Administrativos e Serviços Gerais, que constituem a área de atuação da Santa Casa. Estes investimentos foram justificados face à sua pertinência e foram concretizados através do recurso a receitas próprias, bem como ao desenvolvimento de parcerias, sendo os mais relevantes os seguintes:

AQUISIÇÃO DE:

- Instalação de um sistema de videovigilância na ERPI "Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso";
- Camas com elevação elétrica (10 unidades), para as ERPI's "Lar II" e "Casa de Repouso – Dr. Francisco Pinto Cardoso";
- Colchões anti escaras (31 unidades, sendo que 5 unidades são de pressão alterna), para equiparem os quartos dos utentes;
- 17 televisores para instalação nos quartos dos utentes das ERPI's com respetivos suportes de parede;
- 3 micro-ondas para os colaboradores;
- Software para Servidor de Dados (VMWare);

6. COOPERAÇÃO

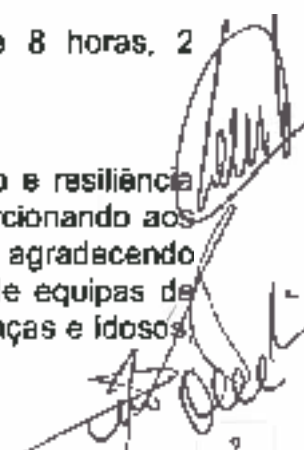
- Acordo com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão na área da infância;
- Colaboração com o Centro Desportivo Recreativo e Cultural e com a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, através da utilização dos serviços de lavandaria;
- Acordo com a Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- Acordos com o Centro de Emprego através dos programas CEI, CEI+ (Contratos Emprego Inserção) e Estágio Profissional;
- Protocolo de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar;
- Foram recebidos donativos de diversos beneméritos, entre os quais a MITMOT – Imobiliária e Construção, Lda, Celeste Espírito Santo, Paulo Alexandre Camona Lourenço e Farmácia Pinto, Lda;
- Participação de elementos da Misericórdia em reuniões da Comissão Local de Ação Social, do Conselho Municipal de Educação, da Direção do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, Agrupamento de Escolas, Centro Municipal de Operações de Emergência de Protecção Civil, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Comissão de Promoção e Protecção de Idosos, Secretariado Regional da UMP;
- Participação no Núcleo Distrital da Rede Anti-pobreza (REAPN) e apoio logístico às iniciativas desta entidade;
- Protocolo de Cooperação para o Setor Social estabelecido com a Celtejo – Grupo Altrí;
-

7. PESSOAL

Participação nas seguintes ações de formação:

- "Curso de Formação Profissional ao Programa Pares 3.0", com duração de 4 horas, 3 formandos;
- "Protecção Geral de Dados durante a COVID19", com duração de 4 horas, 1 formando;
- "Curso de RVCC – Agente em Geriatria - Nível II", com duração de 50 horas, 12 formandos;
- "Inspeções a Entidades da Economia Social", com duração de 8 horas, 2 formandos;

A Mesa Administrativa enaltece e agradece o empenho, profissionalismo e resiliência demonstrado por todos os colaboradores ao longo de todo o ano, proporcionando aos utentes o bem-estar e carinho que merecem, assim como reconhecendo e agradecendo a disponibilidade sempre demonstrada na reorganização de horários e de equipas de trabalho, bem como pela colaboração nos eventos realizados com as crianças e idosos, apesar do confinamento a que cada grupo estava obrigado.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The signature is cursive and appears to be 'A. Almeida'. The stamp is partially obscured by the signature and is mostly illegible.

8. ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Apesar das dificuldades motivadas pela necessidade de garantir a segurança dos utentes e colaboradores, desenvolveram-se as atividades socioculturais, lúdicas, recreativas e religiosas, possíveis, cumprindo integralmente com as recomendações da Direção Geral de Saúde. No caso das crianças, limitadas à sua Sala, e os seniores às suas "Bolhas":

Infância

- Comemoração do Dia de Reis, com a elaboração de coroas;
- Desfile de Carnaval, com disfarces alusivos aos 90 anos da Misericórdia;
- Celebração de dias temáticos (São Martinho, Dia das Bruxas, Dia da Criança, Dia Nacional do Pijama, por entre outros);
- Realização de lanche de Natal.

Terceira Idade

Atividades Culturais

- Espetáculo da Tuna da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão, cantando as Janelas aos utentes das ERPI's.

Atividades Sociais

- Comemoração Dia de Reis – Convívio com cânticos tradicionais;
- Carnaval- Baile de mascarados;
- Dia da Mulher- Oferta de lembrança;
- Dia do Pai- Oferta de lembrança;
- Dia da Mãe- Oferta de lembrança;
- Magusto- Realização do tradicional magusto;

Atividades Lúdicas e Recreativas

- Outras festas comemorativas e temáticas;
- Celebração dos aniversários dos clientes;
- Animação musical;
- Oficina de letras (leitura de contos, histórias, artigos de imprensa e debate de temas da atualidade);
- Atividades de Expressão Plástica;
- Atividades de Expressão e Comunicação.

Atividades Espirituais/ Religiosas:

- Páscoa - assistindo às celebrações religiosas, através da televisão;
- Comemoração das Aparições de Fátima – visualização via TV das cerimónias Religiosas de Fátima;
- Rezar o Terço;
- Festa de Natal - almoço convívio entre os utentes e colaboradores(as) de cada bolha.

Intelectual/ Formativa:

- Jogos de estimulação cognitiva (SiosLife).

Atividades Quotidianas:

- Cuidados de Imagem (cabeleireiro, unhas e depilação);
- Comunicação com as famílias através de videochamada;
- Colaboração em pequenas atividades da vida diária.

Desportivas:

- Sessões de movimento, em pequenos grupos- potencializando as capacidades físicas.

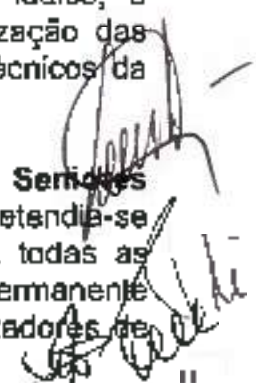
9. DIVERSOS

Em 2020, o **Projeto INCOGNUS: “Inclusão, Cognição e Saúde”**, esteve todo o ano sem atividade, tendo em conta as medidas de saúde públicas implementadas pelo Governo e demais Autoridades, que restringiam a constituição de grupos, ainda que pequenos, para a realização de sessões de estimulação cognitiva e multissensorial. Foi dada a preferência ao desenvolvimento de atividades com os utentes do Apoio Domiciliário, diretamente nos seus domicílios, distribuindo-se tarefas de estimulação cognitiva, numa tentativa de aproximação das que anteriormente eram desenvolvidas pelo projeto, entre as quais: a atenção, funções executivas, memórias, e a capacidade construtiva, e as multissensoriais como a visão, audição, tato, olfato ou o gosto.

O Projeto **INCOGNUS** foi um dos vencedores do Programa Apoiar da Fundação Altice Portugal, tendo recebido o apoio financeiro no decorrer de 2020. Com o apoio da Fundação Altice Portugal será possível dar continuidade a este projeto que pretende salientar a importância da intervenção precoce ao nível da saúde mental dos idosos não institucionalizados, permitindo que possam permanecer no conforto dos seus domicílios o máximo de tempo possível.

Acreditar numa sociedade mais moderna e integradora, capaz de adaptar as tecnologias às necessidades das famílias levou a Santa Casa apostar no sistema **SiosLIFE**. Esta Tecnologia de interação, garante a melhoria da qualidade de vida e integração dos utentes Seniores das Estruturas Residenciais e, simultaneamente, permite a sua ligação à comunidade envolvente e à família, através da comunicação digital. O *software* **SiosLIFE** disponibiliza soluções tecnológicas inovadoras, que ajudam a ultrapassar os desafios da terceira idade, através de plataformas interativas de fácil utilização. De salientar as ferramentas de comunicação e de carácter lúdico, a personalização do *software* face ao perfil de cada utilizador e a monitorização das atividades dos utilizadores, o acesso a dados estatísticos que ajudam os técnicos da Santa Casa nas tomadas de decisão.

O Projeto **“Criar Banco de Equipamentos”** foi premiado pelo **BPI Seniores 2019 – La Caixa**. Com início em novembro de 2019, e duração de 1 ano, pretende-se com este projeto criar um banco de ajudas técnicas para disponibilizar a todas as pessoas com 65 ou mais anos de idade, não institucionalizadas, residentes, permanente ou temporaneamente, no Concelho de Vila Velha de Ródão que fossem portadores de



Handwritten signature and stamp in the bottom right corner of the page.

deficiência ou que careçam temporária ou definitivamente de ajudas técnicas, por motivos de perda de autonomia física ou psicológica. Devido à urgência em criar condições nas ERPI's para lidar com o agravamento das condições de saúde dos utentes, foi aprovada, pelos gestores do projeto, a aquisição de 10 camas articuladas, com elevação elétrica.

Mais do que nunca, o apoio concedido por parceiros da Santa Casa da Misericórdia e por outras entidades, do sector social e lucrativo, traduziu-se numa significativa mais-valia para a Instituição, pelo elevado número de donativos em espécie e em numerário que nos permitiu assegurar que ao longo de todo o ano, fossem mantidas as condições de segurança para utentes e profissionais, através da disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual e de desinfetantes, mas também pela remodelação do antigo polivalente que até a meados de 2020, servia de arrumos, num espaço destinado ao isolamento dos utentes, com a criação de 5 quartos e de instalações sanitárias.


Por fim, destaca-se a importância de continuar a contar com o trabalho dos voluntários, num valioso apoio à Instituição e aos idosos das ERPI's, que em 2020 foram forçados a reduzir esse contributo por questões relacionadas com a proteção da saúde de seniores e voluntários. No entanto, foi relevante o apoio prestado noutras tarefas, igualmente importantes, como foi o alargamento da rede de TV nas nossas instalações, reduzindo o isolamento social a que alguns utentes se encontravam durante o período de 14 dias, após ingresso na Instituição ou ausência por períodos superiores a 24 horas.

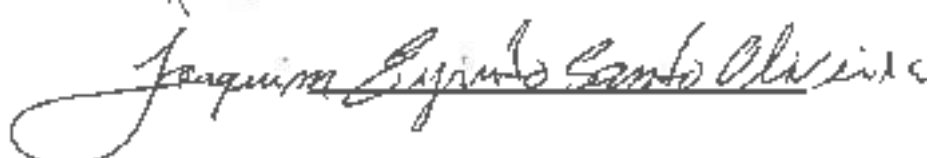
Foi ainda aprovada a atualização das comparticipações dos utentes/ famílias, para o ano financeiro de 2020, nas diferentes respostas sociais, bem como das quotas da Imandada, para o valor anual de 12,50€ (doze euros e cinquenta cêntimos), com efeitos em 2021.

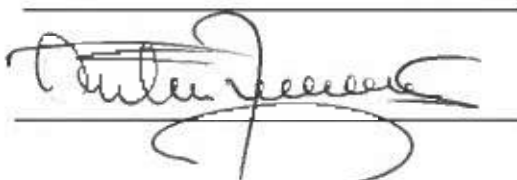
A Mesa Administrativa manifesta o seu pesar por todos os irmãos, benfeitores, amigos e utentes da Santa Casa, falecidos durante o ano 2020.

Vila Velha de Ródão, 30 de abril de 2021

A Mesa Administrativa


Helder Lourenço


Joaquim Espírito Santo Oliveira





SANTA CASA da Misericórdia

VILA VELHA DE RÓDÃO

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2020

Several handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. One signature is enclosed in a circle, and another appears to be the name 'Auréli'.

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas	8
3.1. Bases de Apresentação	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	11
5. Ativos Fixos Tangíveis	11
6. Ativos Intangíveis	13
7. Empréstimos Obtidos e Locações	14
8. Inventários	14
9. Rédito	14
10. Subsídios e outros apoio das entidades públicas	15
11. Benefícios dos empregados	15
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
13. Outras Informações	16
13.1. Investimentos financeiros	16
13.2. Créditos a receber	16
13.3. Diferimentos	17
13.4. Outros ativos correntes	17
13.5. Caixa e depósitos bancários	17
13.6. Fundos Patrimoniais	17
13.7. Fornecedores	18
13.8. Estado e Outros Entes Públicos	18
13.9. Outros passivos correntes	18
13.10. Fornecimentos e serviços externos	19
13.11. Outros rendimentos	19
13.12. Outros gastos	19
13.13. Resultados Financeiros	19
13.14. Acontecimentos após data de Balanço	20
13.15. Aplicação de Resultados	20

Balanço**Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão****BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Activo			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 011 714,73	2 167 284,61
Ativos intangíveis	6	4 174,88	991,71
Investimentos financeiros	13.1	17 003,39	13 374,97
Outros créditos e bilvas não correntes	13.4	106,60	106,60
Subtotal		2 032 999,60	2 201 757,89
Activo corrente			
Inventários	8	23 650,42	12 187,79
Créditos a receber	13.2	10 757,46	24 802,98
Estado e outros Entes Públicos	13.8	19 469,48	13 516,09
Fund./benem./patroc./doadores/associados/membros		3 951,32	2 891,33
Diferimentos	13.3	9 791,07	7 849,04
Outros ativos correntes	13.4	26 724,61	22 507,01
Caixa e depósitos bancários	13.5	78 599,40	68 559,53
Subtotal		172 943,76	152 313,77
Total do Activo		2 205 943,36	2 354 071,66
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	13.6		
Fundos		858 237,48	858 237,48
Reservas		89 756,74	92 378,72
Resultados transitados		172 002,11	241 363,87
Ajustamento/outras variações nos fundos patrimoniais		535 491,10	551 939,75
Resultado Líquido do período		12 499,84	(10 487,93)
Total dos fundos patrimoniais		1 647 987,27	1 733 431,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	53 545,48	75 386,42
Subtotal		53 545,48	75 386,42
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	107 587,89	111 234,27
Estado e outros Entes Públicos	13.8	56 253,66	64 076,99
Financiamentos obtidos	7	21 920,30	62 645,96
Diferimentos	13.3	1 050,25	5 511,52
Outros passivos correntes	13.9	317 598,51	301 784,61
Subtotal		504 410,61	545 253,35
Total do passivo		557 956,09	620 639,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 205 943,36	2 354 071,66

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Joaquim de Almeida, p.º
CC 51914

Francisco Alberto Henrique
Joaquim Espírito Santo Oliveira
Alfonsina Cecília dos Santos

António Pereira

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	9	1 258 189,06	1 319 271,43
Subsídios, doações e legados à exploração	10	722 423,44	664 585,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(100 823,28)	(101 490,12)
Fornecimentos e serviços externos	13.10	(511 749,91)	(538 831,72)
Gastos com o pessoal	11	(1 302 323,85)	(1 257 244,23)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.2	-	(5 314,55)
Doutros rendimentos	13.11	81 462,06	41 762,26
Doutros gastos	13.12	(15 281,75)	(5 864,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		131 895,77	116 874,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(117 603,48)	(124 824,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14 292,29	(7 930,11)
Juros e rendimentos similares obtidos	13.13	6,21	-
Juros e gastos similares suportados	13.13	(1 798,66)	(2 557,82)
Resultados antes de impostos		12 499,84	(10 487,93)
Resultado líquido do período		12 499,84	(10 487,93)

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Registo profissional do Alameda por
EE 51874

Itenerio Alberto Abreu
Jaquim Espírito Santo Oliveira

Dr.º Paulo Roberto dos Santos
António Fernandes

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Alterações no exercício de 2019:

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

Euros

Descrição	Notas	Fundos Próprios atribuídos aos beneficiários de entidade não						Total dos Fundos Próprios	
		Fundos	Reservas	Reservas Transições	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	158 227,49	802 026,99	396 995,05	-	473 427,94	(38 593,09)	1 890 345,33	1 890 345,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo regime contabilístico									
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICAS									
Diferença de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros em 31/12/2019									
Excedentes de revalorização de excedentes de revalorização de									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações patrimoniais nos fundos patrimoniais	13.6		(2 628,27)	(53 852,83)		80 203,81	38 593,09	59 374,49	59 374,49
	3		(2 628,27)	(53 852,83)		80 203,81	38 593,09	59 374,49	59 374,49
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								
RESULTADO OPERATIVO	4.2.1.1								
OPERAÇÕES COM CONTRIBUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados	13.6								
Outras operações	5								
POSICÃO NO FIM DO ANO 2019	1+2+3+4	158 227,49	802 026,99	343 142,22	-	553 631,75	(48 467,99)	2 223 431,89	2 223 431,89

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril 2021

CONTABILISTA CERTIFICADO

AMPA ADMINISTRATIVA

Miguel Joaquim de Almeida Pais
ces1814

Alterações no exercício de 2020:

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Euros

Descrição	Notas	Fundos Próprios atribuídos aos beneficiários de entidade não						Total dos Fundos Próprios	
		Fundos	Reservas	Reservas Transições	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	158 227,49	802 026,99	343 142,22	-	553 631,75	(10 487,93)	2 223 431,89	2 223 431,89
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo regime contabilístico									
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTÁBILÍSTICAS									
Diferença de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de revalorização de ativos financeiros									
Excedentes de revalorização de excedentes de revalorização de									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações patrimoniais nos fundos patrimoniais	13.6		(2 623,08)	(65 361,26)		(76 488,65)	10 487,93	(57 944,46)	(57 944,46)
	3		(2 623,08)	(65 361,26)		(76 488,65)	10 487,93	(57 944,46)	(57 944,46)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								
RESULTADO OPERATIVO	4.2.1.1								
OPERAÇÕES COM CONTRIBUIÇÕES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados	13.6								
Outras operações	5								
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	1+2+3+4	158 227,49	802 026,99	277 780,96	-	515 143,10	(2 489,84)	2 165 487,23	2 165 487,23

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril 2021

CONTABILISTA CERTIFICADO

Miguel Joaquim de Almeida Pais
ces1814

João e Helena e Jo. Fernandes
Joaquim Baptista Santo
João Carlos Gonçalves
António Fernandes

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 400 114,33	1 375 293,95
Recebimentos de subsídios	10	694 432,53	632 808,62
Pagamento a fornecedores		(897 723,33)	(895 848,94)
Pagamentos ao pessoal		(860 250,82)	(818 362,43)
Caixa gerada pelas operações		336 572,70	293 891,40
Pagamento/recebimento do Imposto sobre o rendimento		-	(4 803,51)
Outros recebimentos/pagamentos		(231 710,08)	(106 195,16)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		104 862,62	182 892,73
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(45 292,35)	(144 530,33)
Ativos intangíveis	6	(5 918,15)	-
Investimentos financeiros	13.1	(3 628,42)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		25 820,00	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(29 018,92)	(144 530,33)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	7	(62 866,60)	(37 965,67)
Juros e gastos similares	13.13	(2 937,23)	(3 934,50)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(65 803,83)	(41 900,17)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10 039,87	(3 537,77)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		68 559,53	72 097,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período		78 599,40	68 559,53

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A MESA ADMINISTRATIVA

Arguedor Joaquim do Almeida
cc 51814

João Alberto do Espírito Santo
Joaquim Espírito Santo Almeida

Alfonso António Carlos do Espírito Santo
António Joaquim

Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa ao longo dos exercícios objeto aqui de reporte.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados neste Anexo estão expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com estatutos publicados no Diário da República n.º 180 de 06/08/1930, série II, com sede em Rua Santana, n.º 654, em Vila Velha de Ródão.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrado nos seguintes C.A.E.'s (entre outros):

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88801 Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
- 88910 Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
- 88990 Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

A realização das suas atividades encontra-se distribuída pelas seguintes valências:

- Lar I (ERPI)
- Lar II (ERPI)
- Casa de Repouso Dr. Francisco Pinto Cardoso – Lar III (ERPI)
- Centro de Dia de Vila Velha de Ródão
- Centro de Dia de Perais
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
- Creche
- Componente de Apoio à Família (CAF)
- Cantina Social
- Incognus

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes.

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual), independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Outros ativos e passivos correntes" (Notas 12.4 e 12.9) e "Diferimentos" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes da mesma.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, com exceção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de

restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terranos e recursos naturais	Indefinida (0)
Edifícios e outras construções	0 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este existe

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" (Nota 12.11) e/ou "Outros gastos" (Nota 12.12).

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão não tem reconhecidos quaisquer bens do património histórico e cultural.

3.2.3. Propriedades de investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidas para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente da atividade

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo (e estão de acordo com o disposto no DR 25/2009).

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3
Outros Ativos Intangíveis	3

3.2.5. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros que representam participações de capital em entidades em que a Santa Casa da Misericórdia de tenha uma influência significativa ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais são reconhecidas pelo MEP - Método da Equivalência Patrimonial. Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre os 20% e 50% do capital da outra Entidade.

As participações noutras entidades são valorizadas ao custo de aquisição, deduzidas de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

3.2.6. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados

Santa Casa da Misericórdia de Vila Velha de Ródão

Rua de Santana, n.º 654

NIF: 501666127

necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (irmãos)

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu valor nominal, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Outros ativos e passivos correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

No caso dos "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), ao abrigo da alínea b) deste artigo:

"b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;"

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.11. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais" em contrapartida da rubrica de "Outros Ativos Correntes", na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica "Outros Ativos Correntes" (à crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação e é reconhecida na rubrica "Outros Rendimentos" (à crédito) em contrapartida da rubrica "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais".
- Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de "Outros Passivos Correntes".

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de quaisquer "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não possui quaisquer "Ativos Fixos Tangíveis" considerados como Bens do património histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros:

Para o ano de 2020:

31 de Dezembro de 2020						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2020
CUSTO / VALORIZACÃO						
Terras e recursos naturais	82 666,38	-	(75 843,43)	-	-	56 822,95
Edifícios e outras construções	3 142 071,67	3 533,79	(8 262,10)	-	-	3 137 343,36
Equipamento básico	598 375,26	9 596,22	(719,00)	-	-	607 252,48
Equipamento de transporte	219 930,31	-	-	-	-	219 930,31
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	274 695,45	-	-	-	-	274 695,45
Outros Ativos Fixos Tangíveis	67 921,27	7 170,45	(613,34)	-	-	74 478,38
Ativos fixos tangíveis em curso	51 776,47	5 938,71	-	-	-	57 715,18
Total Custo	4 437 452,81	26 239,17	(35 437,87)	-	-	4 428 254,11
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Terras e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 257 227,34	72 554,62	(165,24)	-	-	1 329 616,72
Equipamento básico	340 787,11	28 080,72	(719,00)	-	25 055,21	589 094,04
Equipamento de transporte	197 879,83	7 350,17	-	-	-	205 230,00
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	187 104,05	2 587,32	-	-	17 220,47	217 911,84
Outros Ativos Fixos Tangíveis	57 169,47	2 569,00	(613,34)	-	171,49	60 296,78
Total Depreciações	2 250 168,20	116 421,87	(1 497,58)	-	52 446,93	2 416 539,38
Total Ativos Fixos Tangíveis	2 187 284,61	109 817,30	(33 940,29)	-	(52 446,93)	2 011 714,73

De seguida, apresenta-se idêntico quadro resumo dos movimentos ocorridos em 2019 (para efeitos comparativos):

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Dez-2019	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dez-2019
CUSTO / VALORIZACÃO						
Terras e recursos naturais	82 647,53	26 819,05	-	-	-	82 666,38
Edifícios e outras construções	2 912 553,68	23 713,17	-	216 304,82	-	3 142 071,67
Equipamento básico	596 514,25	1 857,01	-	-	-	598 375,26
Equipamento de transporte	207 603,49	29 400,67	(17 073,85)	-	-	219 930,31
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento adm nistrativo	274 175,15	520,30	-	-	-	274 695,45
Outros Ativos Fixos Tangíveis	66 910,28	1 018,99	-	-	-	67 929,27
Ativos fixos tangíveis em curso	168 519,32	99 561,97	-	(216 304,82)	-	51 776,47
Total Custo	4 202 189,50	172 381,18	(17 073,85)	-	-	4 437 452,81
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Terras e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 195 081,92	72 195,42	-	-	-	1 267 277,34
Equipamento básico	503 483,20	36 903,01	-	-	-	540 787,11
Equipamento de transporte	207 603,51	7 350,17	(17 073,85)	-	-	197 879,83
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	183 722,27	3 391,78	-	-	-	187 104,05
Outros Ativos Fixos Tangíveis	53 047,16	4 172,71	-	-	-	57 189,87
Total Depreciações	2 143 278,06	123 463,49	(17 073,85)	-	-	2 250 168,20
Total Ativos Fixos Tangíveis	2 058 911,44	48 917,69	-	-	-	2 107 829,13

Durante o período de referência do presente documento (2020) ocorreram diversas aquisições de bens para quase todas as rubricas de ativos.

As aquisições que mais contribuíram para o aumento de valor das diferentes rubricas foram:

Sistema CCTV para o Lar III, no valor de 3.533,79 €

Mobiliário p/ quartos (estrados, camas, grades, colchões e acess.), no valor de 9.755,20 €

Máquina de lavar loiça Daewoo, no valor de 299,99 €

Televisores e respetivos suportes, no valor de 2.040,83 €

Rede de extração de ar e adaptação da rede de aquecimento, no valor de 1.139,32 €

Cabine de insonorização das máquinas de ar condicionado, no valor de 3.540,35 €

Ocorreram também algumas alienações de bens, nomeadamente alguns imóveis, cujos valores contabilísticos estão refletidos na coluna de "abates".

Decorrente dos trabalhos de verificação e validação do histórico de depreciações dos bens, concluiu-se que por motivos informáticos existia um conjunto de fichas (de bens) que não foram objeto de depreciação ao longo de vários anos (anteriores). Todos os bens em causa já deveriam estar completamente depreciados, logo totalmente desconhecidos. Assim foram efetuadas regularizações no montante de 52.446,93 € nas depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados.

Foram ainda calculadas e reconhecidas as depreciações nos termos legais aplicáveis e segundo as taxas que constam do DR.25/2009, em função dos anos de vida útil esperada para cada um dos bens.

Propriedade de Investimento

Durante o ano económico de 2020, as propriedades para investimento mantiveram-se inalteradas, com um valor total de 106,60 €

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de quaisquer "Ativos Tangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram resumidas nos seguintes quadros.

31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dec-2020
CUSTO / VALORAÇÃO						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	87 634,27	5 364,82	-	-	-	92 999,09
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total Custo	87 634,27	5 364,82	-	-	-	92 999,09
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	86 642,56	2 181,65	-	-	-	88 824,21
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total Depreciações	86 642,56	2 181,65	-	-	-	88 824,21
Total Ativos Intangíveis	(86 642,56)	(2 181,65)	-	-	-	(88 824,21)

31 de Dezembro de 2019						
Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Doações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-Dec-2019
CUSTO / VALORAÇÃO						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	86 453,47	1 180,80	-	-	-	87 634,27
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total Custo	86 453,47	1 180,80	-	-	-	87 634,27
DEPRECIACÕES ACUMULADAS						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	85 800,98	841,58	-	-	-	86 642,56
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
..	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total Depreciações	85 800,98	841,58	-	-	-	86 642,56
Total Ativos Intangíveis	(85 800,98)	(841,58)	-	-	-	(86 642,56)

O único aumento verificado no ano de 2020 foi devido à aquisição de software para o servidor.

7. Empréstimos Obtidos e Locações

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2020, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos e locações financeiras, detalham-se como segue:

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	18 285,72	51 809,46	70 095,18	18 295,72	70 085,38	88 381,10
Locações Financeiras	1 634,58	1 736,02	3 370,60	4 359,24	5 301,24	9 660,48
Contas caucionadas	-	-	-	40 000,00	-	40 000,00
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos bancários comercializados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	21 920,30	53 545,48	75 465,78	62 654,96	75 386,62	138 041,58

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2020
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Móveis, prateleiras, quadros, etc. e de consumo	12 927,92	193 249,58	-	12 187,71	112 285,91	-	21 473,62
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	12 927,92	193 249,58	-	12 187,71	112 285,91	-	21 473,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-	-	191 490,12	-	-	191 490,12
Variações nos inventários de produção	-	-	-	-	-	-	-

De referir que os valores da rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" se desdobra da seguinte forma:

Matérias consumidas:	2020	2019
Géneros alimentares	145,04	1 176,73
Medicamentos e artigos de saúde	23 152,18	12 346,55
Fraldas	23 552,96	32 349,38
Material de higiene e limpeza	39 351,32	41 102,31
Material de escritório	1 385,40	3 291,66
Outro material	13 236,38	11 223,49
Total	100 823,28	101 490,12

Verificaram-se diversas variações, em diferentes sentidos, pois algumas das rubricas viram o seu valor aumentar (p.ex. medicamentos, artigos de saúde) principalmente devido aos gastos com material necessário para a proteção dos utentes face à pandemia COVID-19.

Existem, no entanto, outras rubricas cujo valor reduziu, nomeadamente a rubrica das fraldas, decorrente do não reconhecimento do rappel como gasto e equivalente rendimento (donativo) pois não configura a classificação necessária para ser registado como tal.

9. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	464,31
Prestação de Serviços	1 258 189,06	1 318 807,12
Quotas dos utilizadores	1 214 548,29	1 240 734,54
Quotas e Jóias	4 807,45	4 878,34
Serviços Secundários	38 833,32	73 194,24
Total	1 258 189,06	1 319 271,43

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios e Apoios do Governo		
Acordos Segurança Social - Infância	98 301,34	82 161,00
Acordos Segurança Social - Família	7 075,00	7 707,50
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	541 532,81	514 720,23
Acordos Segurança Social - POISE		7 612,06
IPDJ		800,00
Adaptar Social +	8 000,00	-
IEFP - Medidas Apoio Emprego	5 511,52	13 107,88
Sub-Total	660 420,67	626 108,67
Subsídios de outras entidades		
Município de Vila Velha de Ródão	22 450,77	150,00
Junta de Freguesia de Perais	2 500,00	5 000,00
Junta de Freguesia de Sarnadas	-	3 000,00
Fundação Bancária LA CAIXA /BPI		6 744,00
FSE - RLIS		-
Fábrica da Igreja Paroquial POAMC		-
Doações, Heranças e Legados		
Donativos em Dinheiro	25 446,37	15 624,92
Donativos em Espécie	11 605,63	7 957,91
Sub-Total	62 002,77	38 476,93
Total	722 423,44	664 585,50

A maioria, de todos estes subsídios à exploração, são reconhecidos no momento da seu recebimento, com exceção daqueles cujos gastos a que se destinam a compensar são devidamente conhecidos e diretamente atribuíveis. Nestes casos, estes rendimentos são reconhecidos (se possível) no exercício em que ocorreu efetivamente o respetivo gasto, independentemente da sua data de recebimento.

11. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2020 e 2019, foi respetivamente, de 18 membros.

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Pessoas ao Serviço	Média 2019	Média 2020	Dezembro 2020
Colaboradores P/ Conta Outrem	97	100	112
Colaboradores Independentes	2	5	6
Total	99	105	118

Esta variação no sentido ascendente, está totalmente relacionada com o necessário reforço do quadro de pessoal, por forma a fazer face às maiores necessidades decorrentes do combate e prevenção da pandemia COVID-19. Um bom indicador dessa variação é a evolução dos contratos sem termo face aos contratos com termo certo, ao longo do ano. Em 01/2020, existem 78 colaboradores com contrato sem termo, face a 15 colaboradores com contrato a termo certo. No final do ano - 12/2020 - estes valores eram de 80 e 32 respetivamente...

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1 023 007,31	975 004,16
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	225 421,57	217 248,76
Seguros de Acidentes de Trabalho	10 069,73	10 409,71
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	43 825,24	50 581,60
Total	1 302 323,85	1 257 244,23

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Fundo de Compensação do Trabalho	15 215,09	11 586,67
Fundo de Reestruturação do Setor Social	975,30	975,30
Ativos Não correntes de venda	813,00	813,00
Total	17 003,39	13 374,97

13.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	24 525,86	38 571,38
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Perdas por imparidade		
Clientes		
Utentes	(13 768,40)	(13 768,40)
Outros		
Total	10 757,46	24 802,98

As perdas por imparidade constituídas no exercício, para esta rubrica, foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Clientes		
Utentes	13 768,40	13 768,40
Total	13 768,40	13 768,40

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	6 506,15	5 743,08
Outras despesas com custo diferido	3 284,92	2 105,96
Total	9 791,07	7 849,04
Rendimentos a reconhecer		
Outras receitas com proveitos	1 050,25	5 511,52
Total	1 050,25	5 511,52

13.4. Outros ativos correntes

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os seguintes valores a receber e/ou investidos:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal (combustível)	39,48	315,87
Taxa Moderadora - Utentes	332,92	317,78
Adiantamentos ao Pessoal	1 817,34	2 150,00
IGFSS - Cantina Social	697,50	612,50
IGFSS - participações	2 412,99	-
RJIS - IGFSS	-	11 087,13
IEFP	-	4 340,32
Participação IRS	-	3 007,49
Rui Manuel dos Santos Costa Antunes	-	175,92
Cauções Prestadas - António Lopes Vieira	500,00	500,00
Adiantamentos a Fornecedores	55,05	-
Juros a receber	6,21	-
Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão	11 177,08	-
Subs. Invest. A Receber - BPI La Caixa	1 686,00	-
IGFSS - Adaptar Social +	8 000,00	-
Total	26 724,61	22 507,01

13.5. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	134,84	568,58
Depósitos à ordem	78 464,56	67 990,95
Depósitos a prazo		
Total	78 599,40	68 559,53

13.6. Fundos Patrimoniais

À semelhança dos anos anteriores, também em 2020, para além das habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior (-10.487,93), do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento cujos ativos se encontram em utilização / depreciação (34.557,13 €), foram ainda reconhecidos / desreconhecidos alguns valores contratualizados para reforço ou redução de subsídios de investimento (+ 32.181,00 €), bem como reclassificados alguns valores de revalorizações e doações para resultados (33.940,34 €) (em virtude da alienação dos bens do ativo diretamente afectos).

Como já referido na nota 5 – Ativos fixos Tangíveis, foram efetuadas regularizações no montante de 52.446,93 € nas depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados.

Assim, nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	858 237,48	-	-	858 237,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	92 378,72	-	(2 521,98)	89 756,74
Resultado dos transitados	241 363,87	-	(69 361,76)	172 002,11
Outras variações nos fundos patrimoniais	551 939,75	-	(36 448,65)	515 491,10
Resultado líquido do Exercício	(10 487,93)	10 487,93	12 499,84	12 499,84
Total	1 733 431,89	10 487,93	(95 932,55)	1 647 987,27

13.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	107 587,89	111 234,27
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	107 587,89	111 234,27

13.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
ATIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	19 469,48	13 516,09
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	19 469,48	13 516,09
PASSIVO		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 098,70	14 126,53
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 664,93	6 291,50
Segurança Social	48 090,65	43 382,34
Outros Impostos e Taxas	399,38	276,62
Total	56 253,66	64 076,99

13.9. Outras passivas correntes

A rubrica "Outras passivas correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	-	-
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Fornecedores de investimentos	20 267,42	29 250,75
Credores por acréscimos de gastos	107 143,53	183 413,61
Acréscimo de Férias/ Subs. Pê-las +SS	197 410,39	183 013,82
Seguros a liquidar	1 009,87	-
Juros a liquidar	72,21	-
Outras acréscimos de gastos (FSE's)	8 582,06	-
Outros credores	90 187,56	89 120,24
Oscóntos Judiciais a entregar	1 282,30	1 386,56
Adiant. por conta de telefones	349,16	349,16
Sindicatos	100,09	100,46
Adiant. por conta de medicamentos	9 813,61	10 329,14
Adiant. por conta de ambulância	1 335,02	711,50
Cauções de utentes	73 683,89	76 032,57
Irmãos com adiant. de quotas	60,00	50,00
Adiant. por conta de consult. médicas	150,99	150,85
IEFP	3 628,50	-
Total	317 598,51	301 784,61

13.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição desta rubrica nos períodos 2020 e de 2019, foi a seguinte

Descrição	2020	2019
Subcontratos	250 513,95	291 875,59
Serviços especializados	120 364,32	98 559,04
Materiais	5 918,89	3 365,59
Energia e fluidos	117 569,69	124 174,52
Deslocações, estadas e transportes	303,16	883,51
Serviços diversos	17 079,90	19 973,47
Comunicação	3 645,07	5 811,93
Seguros	9 570,86	10 080,95
Outros serviços	3 863,97	4 080,59
Total	511 749,91	538 831,72

Esta rubrica compreende um conjunto alargado de naturezas de gastos, que vão desde todos os serviços a todos os bens não considerados diretamente consumidos no normal desempenho das atividades e serviços habituais prestadas pela entidade.

13.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	915,90	270,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 275,95	1 275,54
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4 709,71	700,00
Outros rendimentos:	74 560,50	39 516,72
Correções relativas a períodos anteriores	1 386,68	21,72
Imputação dos subsídios ao investimento	68 629,65	30 684,09
Outros	4 544,17	8 810,91
Total	81 462,06	41 762,26

13.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	416,59	1 720,38
Gastos e perdas Investimentos não financeiros	12 830,00	-
Outros gastos:	2 035,16	4 143,63
Correções de anos anteriores	702,66	2 888,63
Quotizações	732,50	795,00
Outros	600,00	460,00
Total	15 281,75	5 864,01

13.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos as seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 792,41	2 557,82
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	6,21	-
Total	1 798,66	2 557,82
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,21	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	6,21	-
Resultados financeiros	(1 792,45)	(2 557,82)

13.14. Acontecimentos após data de Balanço

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, a Mesa Administrativa elaborou um plano de contingência que inclui medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, fazem antecipar uma degradação acentuada do perfil do crescimento económico em 2021.

Considerando os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual, a Mesa Administrativa informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição.

Dada a incerteza, a Mesa Administrativa não está em condições de fornecer informação económica e financeira sobre o impacto da pandemia nos gastos e rendimentos da instituição.

13.15. Aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido positivo no valor de 12.499,84 €, apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados	9.374,88 €
Reservas	3.124,96 €

Vila Velha de Ródão, 30 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Luís Joaquim de Almeida Pereira
cc. 54814

Vilário Roberto Pereira
Joaquim Eugénio Santos Almeida

Alcides Carlos Silva Fernandes
António Fernandes